



# Anais da Assembléia

N° 114

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 13 DE SETEMBRO DE 1995

ANO XXI

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**  
Presidente - PTB

**LUIZ CARLOS ZUK**  
1º Vice-Presidente - PDT

**NEIVO BERALDIN**  
2º Vice-Presidente - PP

**LUIZ CARLOS MARTINS**  
1º Secretário - PDT

**NELSON GARCIA**  
2º - Secretário - PFL

**EDGARD BUENO**  
3º Secretário - PSDB

**JOÃO TECHI**  
4º Secretário - PPR

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## Lideranças

|               |                              |
|---------------|------------------------------|
| Governo ..... | Deputado ALGACI TÚLIO        |
| PDT .....     | Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI |
| PMDB .....    | Deputado CAÍTO QUINTANA      |
| PFL .....     | Deputado ÉLIO RUSCH          |
| PT .....      | Deputado ÂNGELO VANHONI      |
| PP .....      | Deputado SÉRGIO SPADA        |
| PPR .....     | Deputado CÉSAR SELEME        |
| PSC .....     | Deputado JOCELITO CANTO      |
| PTB .....     | Deputado NELSON JUSTUS       |
| PSDB .....    | Deputado CEZAR SILVESTRI     |

## Representação Partidária

**PMDB** - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP** - 10: Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT** - 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; **PTB** - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hernas Brandão; **PFL** - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT** - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Pérciles H. Mello - Angelo Vanhoni; **PSDB** - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; **PPR** - 02: João T. Filho - César A. Seleme; **PSC** - 01: Jocelito Canto.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA  
ATA DA 85ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 1995

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Berardin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antônio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Irineu Colombo, Geraldo Cartário, Joel Coimbra, José Marcos Alves, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Milton Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (52). Achando-se ausentes os Srs. Deputados Doutor Rosinha e Irondi Pugliesi (02).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofício:

OFÍCIO Nº 087/95

Curitiba, 13.09.95

Senhor Presidente.

Este tem a finalidade de justificar nossa ausência nas sessões plenárias dos dias 12, 13 e 14 do corrente.

Tal falta deve-se ao fato de que no dia 12 estive em audiência com o Secretário Municipal de Saúde de Rebouças, no interior do Estado. E nos dias 13 e 14 estarei em Brasília participando de ato em

memória às vítimas do massacre de Corumbiara.

Sendo o que tínhamos para o momento, aproveitamos para renovar protestos de estima e apreço.

Sala das Sessões, em 13.09.95

(a) DOUTOR ROSINHA

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2604

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada de votação do Projeto de Lei nº 002/95 constante da Ordem do Dia, por dez Sessões.

Sala das Sessões, em 13.09.95

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO Nº 2602

SÚMULA: Requer adiamento de discussão do Projeto de Lei sob nº 057/95, por duas sessões.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, e na qualidade de Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores neste Poder, REQUER à Mesa, após ouvir o soberano Plenário, com fulcro no inciso VIII, § 2º do art. 132 do Regimento Interno desta Casa, o adiamento por duas sessões, isto é, que a Ordem do Dia insira somente no dia 18 de setembro do corrente, segunda-feira, a proposição em epígrafe, de autoria do Deputado Péricles de Holleben Mello e outros, em virtude do referido Parlamentar estar participando do Fórum de Ensino Superior, em Ponta Grossa, por iniciativa da Comissão Permanente de Educação desta Casa, evento marcado com a antecedência de um mês.

Sala das Sessões, em 13.09.95

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 2603

SÚMULA: Requer adiamento de discussão do Projeto de Lei sob nº 312/95, por duas sessões.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER à Mesa, após ouvir o soberano Plenário, com base no inciso VIII, § 2º do art. 132 do Regimento Interno desta Casa, o adiamento por duas sessões, isto é, que a Ordem do Dia insira somente no dia 18 de setembro do corrente, segunda-feira, a proposição em tela, em virtude da ausência do autor, por compromisso inadiável, e marcado com devida antecedência, em Brasília, para a manifestação em ato público, de protesto ocorrido em Corumbiara, Goiás, há cerca de um mês, e que inclusive motivou requerimento

Curitiba, quarta, em 13.09.95

enviado por este Poder às autoridades da região, solicitando urgente apuração sobre as mortes ocorridas.

Sala das Sessões, em 13.09.95

(a) DOUTOR ROSINHA

#### REQUERIMENTO N° 2619

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a extinção da Comissão Especial do MERCOSUL instituída por esse Plenário em sessão anteriormente realizada.

Sala das Sessões, em 13.09.95

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO N° 2611

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário respeitosamente, solicita o Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para entrega de Título de Cidadão Honorário ao empresário Pedro Mufato no dia 18/10/95 às 16:00 hs.

Sala das Sessões, em 13.09.95

(a) CAÍTO QUINTANA

#### REQUERIMENTO N° 2607

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após a ouvida do Plenário, REQUER, presença em Plenário do Exmo. Sr. José Anibal Petraglia, DD. Superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, no sentido do esclarecimento das condições de alienação, por aforamento, de um imóvel público estratégico do patrimônio do Porto de Paranaguá para a empresa Centro Sul Serviços Marítimos Ltda, em operação obscura e sem qualquer forma de licitação.

Atualmente, qualquer tipo de alienação envolvendo imóveis públicos deve ser precedida de regular licitação, por disposição constitucional e nos termos da legislação aplicável. No caso dos Portos, a Lei n° 8.630/94, denominada Lei de Modernização dos Portos, também é taxativa ao estabelecer a necessidade de licitação para qualquer tipo de contrato de exploração que envolva atividades portuárias. No caso acima denunciado, tal não ocorreu, eis que o Serviço de Patrimônio da União - SPU, desrespeitou todas as diretivas e procedimentos legais exigíveis. Houve alienação de imóvel público, numa região estratégica para o desenvolvimento econômico do Estado e do País, sem qualquer tipo de licitação.

Pelo exposto, e no sentido da vigência do princípio constitucional da proteção à moralidade pública e da transparência administrativa, e principalmente com o obje-

tivo de preservação do patrimônio público da União, é que se justifica a indisponibilidade da presença em Plenário do Exmo. Sr. Superintendente da APPA para que possa esclarecer para toda a comunidade paranaense a situação descrita e as providências que, certamente, já estão sendo tomadas para a regularização do caso.

Sala das Sessões, em 13.09.95

(a) ÂNGELO VANHONI

#### REQUERIMENTO N° 2599

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente<sup>4</sup> subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, votos de pesar pelo falecimento do Senhor Teobaldo Leonardo Kletemberg, ocorrido no dia 29 de agosto de 1995, no Município de Curitiba, neste Estado.

E ainda, solicita que do mesmo seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13.09.95.

(a) NEIVO BERALDIN

#### REQUERIMENTO N° 2617

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste na ata dos trabalhos de hoje, votos de pesar, pelo falecimento do Senhor Garibaldi Andraus, em 15/08/95.

Pessoa com grande número de amigos, deixa parentes e amigos enlutados.

Requer ainda que da decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada, que reside à Rua 7 de Setembro, 572 - Ponta Grossa / PR.

Sala das Sessões, em 13.09.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 2618

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, conste na ata dos trabalhos de hoje, votos de pesar, pelo falecimento do Senhor Antônio Oliveira, em 15/08/95.

Pessoa com grande número de amigos, deixa parentes e amigos enlutados.

Requer ainda que da decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada, que reside à Rua Aviador Frare Batista, 282 - Vila Olarias - Ponta Grossa / PR.

Sala das Sessões, em 13.09.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 2616

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Muni-

cípio de Ponta Grossa, pela comemoração de seus 172 anos de história.

O Município de Ponta Grossa, no momento em que completa 172 anos, vem demonstrando cada vez mais o acolhimento aos visitantes, aos turistas que por lá passam. Ponta Grossa vem sobressaindo-se como uma das maiores cidades do Estado, procurando com o passar do tempo o desenvolvimento econômico e social para o bem da população.

Requer ainda que da decisão desta Casa, seja dado ciência ao Município de Ponta Grossa, em nome do Prefeito, Senhor Paulo Cunha Nascimento, bem como em nome do Presidente da Câmara de Vereadores, senhor Delmar Pimentel.

Sala das Sessões, em 13.09.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 2606

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Deni Lineu Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a pavimentação do trecho que liga a Cidade de Mallet à localidade de Rio Claro, Município de Mallet.

A presente reivindicação fundamenta-se na necessidade de assegurar boas condições de transporte dos produtos, facilitando o acesso das produções rurais da região aos outros centros.

Sala das Sessões, em 13.09.95.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 2612

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, e após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Senhor José Eduardo de Andrade Vieira, solicitando providências urgentes na readequação de preços dos insumos agrícolas que tiveram alta exorbitante.

Sala das Sessões, em 13.09.95.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

#### JUSTIFICATIVA:

A falta de política agrícola definida tem penalizado os agricultores de nosso País de forma economicamente arrasadora através dos anos como bem sabemos.

E surge no momento do plantio da safra de verão quando os produtores mais têm de investir com o preparo do solo, um fator que é inconcebível diante da conjuntura econômica do país, ou seja, alta absurda nos preços dos insumos na ordem de 40% (quarenta por cento) nos adubos e 70% (setenta por cento) no preço da uréia, produtos fundamentais para uma boa produção, tornando assim impraticável a agricultura

de forma geral.

Esperamos que a fiscalização ora determinada pela SUNAB quanto aos preços de serviços do próprio governo, seja também estendida aos fertilizantes.

#### REQUERIMENTO N° 2613

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER envio de expediente ao Secretário da Fazenda Dr. Miguel Salomão, que seja fornecido a esta Casa, em forma de quadro demonstrativo, as receitas e as aplicações do Fundo de Desenvolvimento Urbano Econômico - FDE, desde a sua criação até a data de 31 de agosto do corrente ano, bem como a destinação por interessado, observado o critério do Ministério da Fazenda, quanto a grande, médio, pequeno e micro.

Sala das Sessões, em 13.09.95.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO N° 2608

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER, pedido de informações à Secretaria de Estado da Fazenda, contendo os seguintes questionamentos:

Qual a Receita que o Estado do Paraná

teve entre janeiro de 1982 a julho de 1995, discriminando mês a mês, utilizando como referência o dólar oficial/comercial (dólar médio do mês), enviando relatórios sintéticos demonstrativos ao requerente, separado por conta os seguintes tributos:

1. Transferência constitucional do FPE (Fundo de Participação do Estado);
2. Valores arrecadados pelo ICM/ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços);
3. Valores arrecadados pelo IPVA (Imposto de Propriedade de Veículos Automotores) a partir de 1988;
4. Valores arrecadados com outros tributos.

Sala das Sessões, em 13.09.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

#### REQUERIMENTO N° 2609

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER que seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, contendo o seguinte pedido de informações:

1. Qual a despesa com pessoal ativo e inativo dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, mês a mês, desde janeiro de 1982 a julho de 1995, utilizando-se como parâmetro o Dólar Oficial/Comer-

cial.

2. Qual a relação percentual entre a receita e a despesa com pessoal, no período acima especificado.

Sala das Sessões em 13.09.95.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

#### REQUERIMENTO N° 2610

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, pedido de informações junto ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Segurança Pública, fazendo os seguintes questionamentos:

1. Qual o critério técnico utilizado para locação de veículos importados para a Polícia do Estado do Paraná?
2. Quantos veículos foram locados (nacionais e importados), qual a marca, ano, modelo, preço unitário e duração dos contratos?
3. Qual a modalidade utilizada para o certame licitatório?
4. Quais as empresas que foram contratadas?

Sala das Sessões, em 13.09.95.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

#### REQUERIMENTO N° 2614

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER pedido de informações a Secretaria de Estado das Finanças, solicitando a expedição de certidão circunstanciada, constando a relação e montante dos precatórios requisitados pelo Poder Judiciário ainda não pagos, assim como quais os que foram liquidados no fluente ano, e quem efetuou os pagamentos, se a Secretaria de Finanças ou o Banco do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.09.95.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### REQUERIMENTO N° 2615

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER pedido de informações a Secretaria de Estado da Comunicação Social, fazendo os seguintes questionamentos:

1. Quantas licitações foram realizadas no atual Governo, pela Secretaria de Estado da Comunicação Social, sejam pelas formas de carta-convite, tomada de preços ou concorrência pública?
2. Quais os participantes dessas licitações?
3. Quais os vencedores?
4. Qual o total de recursos pagos aos vencedores dessas licitações, até a data

da certidão, e quais os valores de cada contrato advindo de cada licitação?

5. Quais foram os veículos de comunicação (emissoras de rádio, de televisão, jornais e revistas) contratados sem licitação pelo Governo do Estado do Paraná, ou Órgãos da Administração Indireta, no atual Governo?
6. Quanto já foi gasto, até a presente data, do total da verba orçamentária da Secretaria de Estado da Comunicação Social, e com quem foram gastos estes recursos?
7. Quanto a SANEPAR, a COPEL e o BANESTADO gastaram neste ano de 1995 em comunicação social e com quem? Qual o total da verba anual desses Órgãos para essa finalidade?

Sala das Sessões, em 13.09.95.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### REQUERIMENTO N° 2600

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a transcrição nos Anais deste Poder do artigo sob o título "A difícil arte de cobrar" do jornal Indústria & Comércio.

Tal artigo faz colocações importantes e lúcidas sobre o comportamento ilícito de empresas "especializadas em cobranças", que estão coagindo consumidores inadimplentes, expondo-os ao ridículo, interferindo em seu trabalho.

Trata-se de posição brava e corajosa em defesa do consumidor, vítima de grupos inescrupulosos, verdadeiros fora da lei, que sobrevivem através do constrangimento e da usura, à custa das dificuldades econômicas da população.

Na semana em que o Código de Defesa do Consumidor (Lei n° 8.078, de 11.09.90), completa 05 anos de vigência, o autor reafirma seus preceitos, especialmente os artigos 42 e 71.

Requeiro ainda, que se dê ciência do presente ao Doutor Gilberto Gaeski, Consultor do Grupo IOB - Informações Objetiva Publicações Jurídicas Ltda, a Rua General Carneiro, 164 - Curitiba/PR.

Sala das Sessões, em 13.09.95.

(a) JOEL COIMBRA

#### Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N° 360/95  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente e Cultural dos Aposentados e Pensionistas de Maringá - ABECAM, com sede e foro na Cidade de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.09.95.

(a) JOEL COIMBRA

#### JUSTIFICATIVA:

Conforme documentação anexa, comprova-se que a Associação Benficiente e Cultural dos Aposentados e Pensionistas de Maringá - ABECAM, preenche os requisitos legais necessários a sua declaração como de Utilidade Pública, eis que possui personalidade jurídica, está em pleno funcionamento, prestando assistência cultural e benficiente aos aposentados e pensionistas de todas as categorias profissionais, em defesa de seus direitos e no encaminhamento de suas reivindicações.

Outrossim, a referida Associação não distribui dividendos ou gratificações a seus associados e não remunera sua diretoria.

A presente iniciativa, além de inserir a entidade no rol do reconhecimento público, representa o aplauso e incentivo ao muito que a Associação vem realizando e, certamente, continuará a realizar, promovendo o desenvolvimento da sua comunidade e procurando soluções para seus problemas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Subo a esta Tribuna para relatar um fato da maior gravidade que aconteceu na administração, que aconteceu na Cidade de Paranaguá. Uma empresa que tem um arrendamento, há várias empresas, Deputado Belinati, que trabalham no Porto de Paranaguá, como a Sadia, que V.Exa. conhece, e outras empresas que têm berços do Porto de Paranaguá, que é um Porto Público, que tem berços arrendados para escoar a produção do interior do Estado do Paraná, e destas empresas, para fortalecer as exportações do nosso País. Uma dessas empresas que tem um berço, um pedaço do Porto, do Cais, arrendado, entrou com um processo Deputado Caíto Quintana junto ao Departamento da União, solicitando o aforamento da área.

Pasmem os Senhores, pasmem os Senhores, esta empresa conseguiu do Departamento da União, que não consultou o Ministério dos Transportes como prevê a legislação, que não consultou a APPA, Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, como prevê a legislação, não procedeu licitação pública, e garantiu a venda por vinte e três reais o metro quadrado de uma das áreas mais valorizadas, eu acho que o metro quadrado mais valorizado do território do Estado do Paraná é exatamente o

Cais do Porto de Paranaguá, Deputado Nelson Justus.

Não sei o que aconteceu com o Departamento da União para proceder desta forma, transgredindo toda a legislação em vigor e concedendo a possibilidade que a empresa Centro-Sul registrasse no registro de imóveis de Paranaguá a posse de uma área que é pública e é da União, que desde 1949 Deputado Alborghetti está concedida ao Governo do Estado do Paraná. Não sei o que pode explicar esses atos por parte do Departamento da União.

Então, venho fazer um alerta aos Srs. Deputados porque se isso acontecer, se esta empresa tiver ganho de causa e não for questionada na justiça, se o Governo do Estado do Paraná, os Poderes constituídos, Poder Executivo, Poder Judiciário, a Assembléia Legislativa, não tomarem as providências necessárias imediatas, não tenham dúvidas dentro de 10 dias não haverá mais Porto público no Estado do Paraná. Todas as empresas que têm espaço na faixa de marinha do Porto de Paranaguá, estarão com caminho aberto para avocarem, para si, a posse de uma área que é de patrimônio público, que é da União e que está cedida para administrar, ao Governo do Estado do Paraná.

Nesse sentido, recebemos a visita de representantes dos Sindicatos de Paranaguá e Antonina, está presente o Presidente do Sindicato dos Estivadores, o Presidente do Sindicato dos Arrumadores, do Sindidato dos Trabalhadores do Bloco, do Sindicato dos Consertadores, está presente o Sindicato dos Portuários de Paranaguá, o Sindicato dos Condutores Autônomos de Paranaguá. Estão representados na intersindical fazendo um apelo para que os Deputados da Assembléia Legislativa percebam a gravidade da decisão que foi tomada pelo Departamento da União, transgredindo a Legislação, sem consultar sequer aos organismos do Governo do Estado do Paraná.

A Superintendência do Porto de Paranaguá não foi consultada, o Secretário de Transportes, Deni Schwartz, sequer sabia do processo que estava tramitando no Departamento da União, o Ministério dos Transportes, em Brasília, não foi consultado, e no entanto, o Departamento da União dá o título que confere propriedade a uma empresa que arrendou um determinado pedaço do Porto de Paranaguá.

Vou pedir a atenção dos Srs. Deputados, para que possam escutar, se o Presidente Anibal Khury, me permitir, gostaria que a representante dos Trabalhadores do Porto de Paranaguá, e representando a Intersindical de Paranaguá, fizesse uso da palavra, já que eu abordei este assunto, neste momento, para que ela pudesse explicar para os Deputados da Assembléia Legis-



Curitiba, quarta, em 13.09.95

lativa do Estado do Paraná, a gravidade porque passa hoje o Porto de Paranaguá.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Solicitação atendida.

A Mesa anuncia a presea da intersindical de Paranaguá, Sindicato dos Estivadores, Sindicato dos Conferentes, dos Portuários, dos Arrumadores, Sindicato do Bloco, dos Consertadores, dos Vigias, dos Condutores Autônomos.

Concedo a palavra a Maria do Socorro, portuária representante da Intersindical.

A SRA. MARIA DO SOCORRO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Os trabalhadores do sistema portuário de Paranaguá, aqui reunidos, pelas suas lideranças sindicais, trazem a Vossas Excelências uma grave denúncia de grilagem de importante área do corredor de exportação do Porto de Paranaguá, feita com o patrocínio do Serviço de Patrimônio da União, o FPU, em favor da empresa Centro-Sul Serviços Marítimos Ltda.

O serviço de Patrimônio da União desconheceu todas as exigências legais, sejam as firmadas pelo contrato de concessão celebrado entre o Governo Federal e o Governo do Estado em 1949, e a própria Lei de modernização dos Portos, a 8.630/93, que concedeu registro público no Cartório de Registro de Imóveis de Paranaguá, de uma área extremamente nobre, de um dos maiores Portos brasileiros, correspondente a mais de 16.000 metros quadrados, com um silo de mais de 8.000 metros quadrados, interligados no sistema corredor de exportação. "A venda" se procedeu a um preço de 23 reais o metro quadrado, com pagamento parcelado, preço simbólico diante do valor imobiliário da área e benfeitorias.

Ocorre, Sr. Presidente, Senhores Deputados, que o Governo do Estado do Paraná, através da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, APPA tem contrato de arrendamento desta área à Centro Sul Serviços Marítimos Ltda., cujo prazo encerra no próximo ano, quando todos estes bens deveriam ser devolvidos a Administração pública para a renovação do contrato ou o processo de licitação.

A Centro Sul vinha pagando aos cofres da APPA o arrendamento dessa área e o silo que construiu foi subsidiado pelo setor público através do abatimento tarifário, sem estabelecer qualquer consulta ao Governo do Estado, APPA, Secretaria dos Transportes, o Serviço de Patrimônio da União concedeu a área Centro Sul, ampliando ainda em mais 3 mil metros quadrados a que foi originalmente arrendada, criando com isso sérios conflitos no sistema corredor de exportação, pois atingiu o espaço

arrendado para as empresas V. Morel, Sangel/Slaviero e ainda trilhos e vias públicas. A grilagem da Centro Sul foi registrada no Registro Geral de Imóveis sob o nº 48.534, conforme Fax-símile em poder de V.Exas., desconhecendo totalmente os preceitos legais estabelecidos no Contrato de Concessão, onde o Governo Federal cede as áreas de Marinha e acrescidas para a exploração do Governo do Estado e o amplo processo realizado pelo APPA, protocolado no S.P.U., com trabalhos técnicos de aerofotogrametrias e topográficos, definindo as características técnicas, utilização atual e futura de todas as áreas de interesse da APPA, inclusive onde está o arrendamento à Centro Sul, cujo ofício a administração portuária solicitando a sua regularização a S.P.U. é de nº 342/89, e o lote é de nº 1.701, conforme dossiê em mãos de Vossas Excelências.

Ao doar o título público de propriedade à Central Sul Serviços Marítimos, o Serviço de Patrimônio da União abre grave precedente, instituindo o sistema de capitania hereditárias e seus donatários, pois todos os arrendatários da APPA podem a partir de agora solicitar tratamento igual ao dado à Centro Sul Serviços Marítimos, criando um serviço portuário de proprietários e cercas, ganhando de presente pesados investimentos feitos pelos orçamentos do Estado e da União, que supervalorizaram aquelas áreas com a construção de caríssimo aterro hidráulico, drenagem, urbanização, todo o conjunto que forma o cais, dragagem, ferrovias, rodovias, retroporto do nacionalmente e importante sistema portuário de Paranaguá.

O que, com certeza, custará pesado ônus à sociedade paranaense e brasileira, não só pelos investimentos já realizados, mas ainda pela formação de pesado cartel de poucos proprietários, presenteados pelo Estado, que imporão seus preços e condições a todos os importadores e exportadores, e trabalhadores que quiserem trabalhar ou usar o sistema portuário de Paranaguá.

Os trabalhadores não são contra as parcerias do setor público com a iniciativa privada para a modernização do sistema portuário do Paraná, mas como cidadãos que querem o melhor para o Estado e o País, tem a obrigação de denunciar esta privatização entre aspas que fica mais perto do perigoso Cartel de Cali, do que dos países de 1º mundo que queremos copiar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Agradecemos a presença dos Sindicatos de Paranaguá e da oradora Maria do Socorro.

Concedo a palavra ao Deputado Romaneli.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho nesta tarde ocupar a Tribuna para dizer a esta Casa que ontem o PMDB seguramente iniciou uma nova fase, para que nós possamos resgatar aqui neste Parlamento a velha chama do MDB e desta Tribuna que tantos honraram a história do nosso Partido a fizeram neste Estado, chegamos ao Governo e quando exercemos este Governo, exercemos para a maioria da população para os mais pobres, os mais sofridos, para os agricultores e fundamentalmente para aqueles que precisavam de um Governo forte que ajudasse as famílias mais pobres do Paraná. E ontem o PMDB, na minha avaliação e na avaliação de todos os companheiros do PMDB da nossa Bancada aqui, nós iniciamos uma nova fase, porque o Partido como já dizia o velho comandante, o velho guerreiro Ulisses Guimarães, dizia "que o Partido que não se reúne, se desune".

E ontem nós iniciamos esta fase, por isso que quero comunicar a V.Exa. que o PMDB decidiu afastar qualquer possibilidade de apoio ao Governo do Senhor Jaime Lerner. Nós seremos sim, fiéis ao voto que recebemos nas urnas do dia 3/10, que nos colocou na oposição, e nós vamos respeitar a voz do eleitor paranaense, fazendo com que o PMDB dispute as eleições, que nesta Casa tenha posições de fiscalização e que seja contraditório aos interesses do Governo do Estado, respeitando é claro, cada um dos Parlamentares e as posições políticas Deputado Alborghetti que tem aqui esta Casa. Sabendo da soberania que cada Deputado deve ter, mas o PMDB fechará a questão nas matérias que achar de relevância para os interesses do Paraná.

Por isso, queria aproveitar essa tarde aqui ao fazer esse comunicado nesse Pequeno Expediente para nos solidarizar também aos componentes da Bancada do PDT, especialmente ao Líder Deputado Valdir Rossoni, Líder do PDT e ao Deputado Algaci Túlio, com quem tenho aqui nesta Casa travado muitos duelos e combates difíceis e com o Deputado da CCJ, que tem sido um Deputado valoroso, defendendo os interesses do PDT e do Governo Jaime Lerner.

Por isso que para mim, Senhores Deputados, me afronta quando leio os jornais e vejo que o Governador Lerner, está aqui na Gazeta do Povo - está aqui, foi o Governador que disse, não fui eu, está aqui "Lerner reage aos Deputados do PDT", e o Governador diz: eu é que tenho que cobrar deles menos entrevistas e mais trabalho". No Jornal do Estado chega a ter uma matéria que chega a ser agressiva - "Lerner vira a mesa e dá um cala boca nos Deputados". Olha Senhores, ninguém melhor do que eu aqui para reconhecer desta Tribuna a lealdade, o companheirismo que os nobres

Deputados do PDT tem tido com o Governo do Estado. Porque sabem os senhores o Governo passa por uma grave crise até do ponto de vista administrativo, porque já se vão quase nove meses do Governo e muito pouco ou quase nada se fez nesse Paraná. É a famosa realidade virtual que temos assistido.

Por isso quero me solidarizar com um Partido como o PDT, que tem história desde quando o Governo Leonel Brizola desembarcou em Foz do Iguaçu e construiu uma legenda neste Brasil, acolheu homens como Jaime Lerner, para que depois esses deputados aqui que são valorosos, trabalhadores e eu os reconheço como adversários leais, especialmente o líder da Bancada Deputado Valdir Rossoni e o líder do governo, Deputado Algaci Túlio, para que eles possam ser diminuídos e receberem um "cala a boca" público, daquele que é o líder maior do PDT.

Quero em nome da Bancada do PMDB, me solidarizar com esses deputados e dizer aos senhores que a política é assim mesmo, é feita de incompreensões, mas quem defende uma posição partidária é interesse daquela centena de companheiros que querem ver uma definição política do governo, é claro que têm que enfrentar a incompreensão, mas há que se reconhecer aqui, de todas as Bancadas, a lealdade que a Bancada do PDT tem tido com o Governador Jaime Lerner e pelo que a gente lê nos jornais, não é a mesma a recíproca que o governo tem com essa Bancada.

Por isso senhor Presidente, é motivo de alegria para o PMDB esta tarde, pela posição que assumimos publicamente, sem nenhum subterfúgio de ser uma oposição, claro, inteligente, construtiva, mas oposição aqui nesta Casa, mas de tristeza também, de ver deputados estaduais, com quem a gente tem convivido e tem enfrentado no dia-a-dia aqui, num combate árduo, defendendo esse governo, serem atacados através da imprensa e especialmente na televisão, onde ouvi declarações muito fortes do governador.

Por isso a minha solidariedade aos componentes da Bancada do PDT e ao líder Valdir Rossoni e ao líder, Deputado Algaci Túlio.

Obrigado.

O SR. DUÍLIO GENARI (Pela Ordem) - Gostaria de registrar a presença do Prefeito de Santa Helena e do suplente de Deputado Estadual, Paulo Braguini, Diretor da CODAPAR.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está registrada a presença.

Está com a palavra o senhor Deputado Tureck.



O SR. NELSON TURECK - Sr. Presidente, subindo mais uma vez a esta tribuna desta Casa de Leis para justificar e ao mesmo tempo parabenizar o Deputado Edgard Bueno pela brilhante idéia de entregar um título de Cidadão Honorário do Paraná a V.Exa. ao Presidente desta Casa de Leis que eu, em apenas 8 meses de trabalho, aprendi muita coisa e hoje sentimos a responsabilidade e capacidade e aquele presidente que tem a determinação com a coerência e acima de tudo, ajudante do Governo do Estado para termos e fazermos um brilhante trabalho aqui nesta Casa. Presidente, nossos parabéns ao senhor, pelo seu trabalho e é por isso que o Edgard Bueno vai entregar em nome do povo de Cascavel, um título de Cidadão Honorário a V.Exa.

Não vou poder estar presente, porque temos em Campo Mourão, o Encontro Regional do PDT. Vai ser um dos maiores Encontros Regionais do Estado, em Campo Mourão e que nesta oportunidade estarão presentes vários Deputados que já confirmaram presença, que é o Walmor Trentini, de Paranavai, o Miltinho Púppio de Jandaia do Sul, de Edno Guimarães, de Cianorte, o nosso Presidente do Partido, Dr. Pereira, e a vice-Governadora Emilia Belinati, e o líder do governo, Algaci Túlio, o líder do PDT, Valdir Rossoni e dizer uma coisa, o PDT, está mais vivo do que nunca. É o PDT se fortalecendo, fazendo as suas filiações e só durante vinte dias agora em que nós começamos as filiações em todos os municípios, vinte e oito municípios da CONCAM foram feitas filiações de mais de cinco mil pessoas que estão ingressando nas fileiras do PDT.

E queremos dizer uma coisa, que na nossa região, dos vinte e oito municípios que nós representamos, nós teremos candidatos a Prefeito pelo PDT em todos os municípios e com certeza dizer aqui hoje o grande trabalho que vem fazendo o Governador do Estado do Paraná, em pesquisas recentemente feitas não só no Município de Campo Mourão, aonde o nosso Governador tem um índice de aprovação de quase 90%.

Tem a pesquisa feita no município de Goioerê aonde o nosso Governador tem um índice de aprovação de 72% e dizer aqui e deixar registrado, Luiz Carlos Alborghetti, e aos Senhores Deputados no Município de Corumbataí do Sul feita uma pesquisa pelo Prefeito e o Prefeito apoiou Álvaro Dias, que é o Senhor Osnei Picanço, e que na oportunidade foi feita uma pesquisa e o Prefeito me mostrou esta pesquisa, o Governo do Paraná tem 95% de aprovação dentro do Município de Corumbataí do Sul.

E dizer uma coisa, o PDT tem o respeito de todos os Partidos Políticos, principalmente eu como Deputado, o respeito ao PSDB, aos companheiros do PSDB, respeito

aos companheiros do PTB, respeito aos companheiros do PFL, do PPR, do PC do B, enfim, a todos os Partidos Políticos e dizer o PDT está firme, vivo e neste encontro em Campo Mourão nós vamos colocar mais ou menos três mil pessoas, aonde estarão se filiando mais de 50 Vereadores, estão se filiando 10 Prefeitos, mais de 20 ex-Prefeitos da Região da CONCAM para fortalecer o partido na região da CONCAM.

Senhores Deputados, a esperança, a fé, e que Deus ilumine o Paraná na pessoa do seu Governo, dos seus Secretários para que façam um brilhante trabalho e que está fazendo frente ao Executivo paranaense.

E nós que somos a força viva deste Partido, iremos, sem sombra de dúvida, nos 28 municípios da região da CONCAM, o PDT vai fazer de 14 a 18 Prefeitos na região.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Senhor Deputado Plauto Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Sr. Presidente, Senhora e Srs. Deputados.

Venho a esta Tribuna hoje por uma questão que me preocupa muito. Preocupa-me como representante dos Campos Gerais, representante do Paraná e também como um agricultor.

Estou, na data de hoje, encaminhando nesta Casa um requerimento ao nosso Ministro paranaense, José Eduardo de Andrade Vieira, mostrando as preocupações dos agricultores do Paraná e também do Brasil, pedindo, solicitando a ele providências com relação a alta dos insumos agrícolas, principalmente na questão dos fertilizantes. Quero aqui repassar a vocês que nos últimos 60 dias dentro do Estado do Paraná nós tivemos a alta de mais de 40% nos fertilizantes agrícolas e na questão da uréia mais de 70% de aumento. Isto inviabiliza novamente o agricultor do Paraná e o agricultor do Brasil.

Espero que o Ministério da Agricultura, através do competente Ministro José Eduardo de Andrade Vieira, venha a tomar e a pedir medidas junto aos órgãos competentes. Acredito que uma intervenção da SUNAB fiscalizando esses preços seria muito importante. Nós sabemos que a expectativa criada pelos agricultores e principalmente pelo Governo de que a área de plantio iria diminuir dentro do território nacional, veio fazer a indústria de fertilizantes, a indústria de adubos, a comprar menos matéria prima, a importar menos matéria prima do exterior, e automaticamente é aquilo que se esperava, que a área de plantio diminuísse violentamente não veio acontecer com tão grande intenção.

Nós sabemos que o Governo Federal, através de seus órgãos e seus bancos, também sempre liberavam crédito de financiamento dessa matéria prima para os fertilizantes, e não veio a financiar esse ano também. Enfim, a agricultura brasileira novamente vai de mal a pior, principalmente na questão dos fertilizantes que é um insumo que custa em torno de 50% do custo de produção para qualquer produto, para qualquer cereal. Mas nós temos certeza que através do Ministro da Agricultura, um Ministro paranaense, nós tenhamos resultados de imediato para que esses preços sejam fiscalizados pelo Governo Federal, por que da maneira como está, realmente continua inviabilizada a agricultura do Brasil, a agricultura do Paraná.

Muito Obrigado.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem) - Só quero registrar, Sr. Presidente, a presença aqui na Tribuna de honra do nosso prezado Vereador da cidade de Clevelândia, Cesar Danelusso, da terra do nosso Deputado Antônio Annibelli.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrado.

Horário das Lideranças: PSC, PTB, PDT, PSDB, PFL, PPR, PP, PMDB, PT, Liderança do Governo.

(Declinam).

O SR. ÉLIO RUSCH (Pela Ordem) - Só para registrar a presença da mesma forma dos Srs. Deputados que nos antecederam a presença do Presidente da Câmara de Marechal Cândido Rondon, Vereador Miguel Reichert, bem como a presença dos Vereadores Edson Wasen e Guido Herpich, que com a vossa presença estão na Tribuna de Honra, nessa Sessão, que abrilhanta ainda mais os trabalhos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrado.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 087/95, subscrito pelo Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente, solicitando a justificativa de sua ausência nas sessões plenárias dos dias 12, 13 e 14 do corrente mês, em virtude de audiência com o Secretário Municipal de Saúde de Rebouças, no interior do Estado do dia 12, e nos dias 13 e 14 estará participando de ato em memória às vítimas do massacre de Corumbiara. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

#### ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 018/95, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que torna obrigatório o uso de cinto de segurança nos ônibus que operam nas linhas intermunicipais do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.O.P.T.C.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e SUBEMENDA DA C.C.J..

#### SUBEMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 018/95

Art. 1º - O parágrafo único do Art. 1º da Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 018/95, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo Único - Fica determinado, como obrigatório o uso de cinto de segurança de três pontos nas quatro primeiras poltronas e o cinto subabdominal nas demais."

Sala das Comissões, em 21.08.95.

(a) WALMOR TRENTINI

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 018/95

P A R E C E R:

A Emenda Aditiva ao Projeto de Lei de autoria do Deputado Antonio Belinati, tem por objetivo acrescentar o parágrafo único ao Art. 1º do Projeto de Lei nº 018/95, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins.

A Resolução nº 658/85 do CONTRAN e outras normas internacionais somente utilizam a expressão três pontos e subabdominal.

Portanto, entendemos que a emenda aditiva, deveria constar três pontos e subabdominal, e não somente abdominal.

Por isso, para maior adequação às normas de segurança e por questão de uniformização de nomenclatura, apresentamos emenda modificativa em anexo, retificando a expressão utilizada na emenda aditiva.

Analisando a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão entendeu que há respaldo legal, para o prosseguimento da presente não encontrando óbice à sua tramitação nessa Casa de Leis.

Nosso parecer, é favorável, opinando-se pela aprovação da subemenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 22.08.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
WALMOR TRENTINI - Relator

Apoio: Carlos Simões, Antonio Belinati, Nelson Justus, Basílio Zanusso, Luiz Claudio Romanelli, Eduardo Trevisan, Toti Colaço, Antonio Annibelli, Doutor Rosinha, Valdir Rossoni, Edgard Bueno, José Tavares (Voto contrário).

#### JUSTIFICATIVA:

As normas internacionais de segurança no trânsito recomendam o uso de cinto de segurança de três pontos nas quatro primeiras poltronas e subabdominais nas demais, em ônibus com mais de oito passageiros e peso superior a cinco toneladas.

A Resolução nº 658/95 do CONTRAN somente utiliza a expressão três pontos e subabdominal, e não abdominal como constou da emenda aditiva.

A substituição da expressão "abdominal" para "subabdominal" faz-se necessário para compatibilizar a nomenclatura usada pelo CONTRAN e órgãos afins.

**Aprovado, artigo por artigo.**

Emenda e Subemenda - Aprovadas.

#### ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 072/95, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que institui nas Escolas Estaduais de 1º e 2º Grau, a Língua Espanhola, como disciplina obrigatória. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J.. **Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder a verificação de votação. Senhores Deputados que aprovam o substitutivo geral, queiram levantar-se.

Quinze (15) Senhores Deputados aprovam.

Os Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Vinte (20) Senhores Deputados rejeitam o substitutivo.

Vou proceder a votação do projeto.

Senhores Deputados que aprovam o projeto, conservem-se como estão. **Rejeitado.**

O SR. ALGACI TÚLIO - Verificação de votação.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, não consigo entender a Bancada do Governo, sendo contrária a um projeto que consideramos de relevante importância, visto que o Governo Jaime Lerner quer fazer do Paraná, o centro do MERCOSUL, quer fazer, no Paraná, a Universidade das Américas.

Meu caro Élio, você que é da região,

você que é de Cascavel, você que vai estar lá, como tantos outros companheiros, Edgard, lá será feita a Universidade das Américas, sem ter condição de falar o espanhol! Não entendo a orientação do Governo, Senhor Presidente.

Confesso que nos pega de surpresa, porque era um projeto tranqüilo, pacífico, não é questão política, não é questão de despesa, é uma questão que diz respeito a Educação do Paraná, um Governo que, se quer efetivamente melhorar o nível educacional de nosso Estado, não podia ter, nesta Casa, a manifestação que colhemos hoje dos Senhores Deputados.

É lamentável e não entendemos o porquê disso! Um projeto que só trará ao sistema educacional paranaense melhores condições de colocar diante dos países irmãos do MERCOSUL, condições de relacionamento, de interrelacionamento de cultura. Até a Argentina está interessada em conhecer, para lá estabelecer um projeto idêntico, em língua portuguesa. É lastimável que isso ocorra hoje na Assembléia e cabe a responsabilidade deste ato, com certeza, aos Senhores Deputados que hoje formam a Bancada do Governo.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, ouvi Vossa Excelência perguntar: "Senhores Deputados que aprovam o projeto..." Pelo que senti, o projeto foi aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Como diz a televisão, vamos para o "tira-teima".

Senhores Deputados que aprovam o projeto, conservem-se como estão.

23 (vinte e três) rejeitam.

Os que aprovam, levantem. 14 (quatorze).

**Rejeitado o projeto.**

#### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 079/95, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, que proíbe a venda de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos comerciais em terrenos contíguos às faixas de domínio do Departamento de Estradas de Rodagem (DER). PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.S.P.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E SUBEMENDA DA C.C.J..

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 79/95

SUBEMENDA SUPRESSIVA À EMENDA SUBSTITUTIVA  
P A R E C E R:

Suprima-se do artigo 1º da Emenda, a expressão "municipais".

Sala das Comissões, em 21.06.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
EDUARDO TREVISAN - Relator

Apoiamento: Luiz Claudio Romanelli, Nelson Justus, Geraldo Cartário, Edgard Bueno, Toti Colaço, José Tavares e Emerson Nerone.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 79/95  
EMENDA SUBSTITUTIVA

P A R E C E R:

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Annibelli, tem por objetivo proibir a venda de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos comerciais em terrenos contíguos às faixas de domínio do DER.

Chamada a se manifestar com relação à Emenda Substitutiva do Deputado Reny Borsatto, aprovada em Plenário, esta Comissão opina favoravelmente à mesma, na forma da Subemenda Supressiva em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.06.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

EDUARDO TREVISAN - Relator

Apoiamento: Luiz Claudio Romanelli, Geraldo Cartário, Nelson Justus, José Tavares, Edgard Bueno, Toti Colaço e Emerson Nerone.

Em votação o projeto, ressalvadas as Emendas. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação as Emendas. **Aprovadas.**

O projeto irá à 3ª discussão.

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 066/94, de autoria dos Deputados Toti Colaço e Erondy Silvério, que cria o Município de Guamiranga, desmembrado do Município de Imbituva, com área de terra conforme específica. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 17 de 14.03.94)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 066/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria dos nobres Deputados Toti Colaço e Erondy Silvério, tem por finalidade criar o Município de Guamiranga, a ser desmembrado do Município de Imbituva.

Já tendo sido realizado plebiscito no último dia 26 de junho, com a população manifestando-se, de forma esmagadora, pela criação do município de Guamiranga.

Chamada a opinar esta Comissão de Constituição de Justiça, manifesta-se favoravelmente a aprovação da presente proposição, tendo em vista que a mesma se encontra em consonância com a legislação que regulamentará a matéria e para obedecer a vontade popular, princípio da regra democrática.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.09.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/95, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, revoga a alínea "a" do Art. 4º, Lei nº 10.704, de 10.01.94 (Suplente de Delegado). **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. E CONTRÁRIO DA C.S.P.. (Publ. no D.A. nº 06 de 20.02.95)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 002/95

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em tela, de autoria do nobre Deputado Basílio Zanusso, tem por finalidade revogar a alínea "a" do art. 4º, da Lei nº 10.704, de 10 de janeiro de 1994.

Pretende o autor, com esta medida, dispensar a obrigatoriedade de comprovação de escolaridade mínima de 2º grau completo ou equivalente, para o ingresso no cargo de Assistente de Segurança.

Após a análise da proposta, constatamos que esta não fere qualquer dispositivo constitucional, legal e regimental.

Pelos motivos acima expostos, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 30.05.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ANTÔNIO BELINATI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
PROJETO DE LEI Nº 002/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, tem como objetivo estabelecer a inobrigatoriedade de exigência de escolaridade mínima de 2º grau para ingresso no cargo de Assistente de Segurança, cujo "status" jurídico efetivo é de Delegado Substituto, nos termos da Lei Estadual nº 10.704/94, cuja alínea "a" do art. 4º se busca revogar no presente projeto de lei.

Chamada esta Comissão a se manifestar, somos de parecer contrário, pelos motivos expostos a seguir:

1 - O argumento apresentado pela justificativa ao projeto de lei, ao argumentar que "a complexidade desta função não chega a exigir nível de formação escolar, tratando-se inclusive de um cargo de confiança" é falso, eis que a exigência mínima para qualquer cidadão se submeter ao concurso público de provas e títulos para Delegado titular é a conclusão de curso superior de Direito. Ora, se é dado ao Delegado Substituto a prerrogativa de substituir o titular concursado, ainda que provisoriamente, deve o mesmo ter, no mí-

Curitiba, quarta, em 13.09.95

nimo nível de escolaridade semelhante ao substituído, face ao princípio constitucional da isonomia e do respeito à complexidade funcional. Além de afrontar a própria essência da Lei nº 10.797/94, que estabeleceu a carreira de Delegado titular, inquéritos policiais conduzidos por agentes públicos materialmente incompetentes podem redundar em complexas situações de nulidade de procedimentos investigatórios.

Neste sentido, a proposição em análise é contrária ao interesse público sob dois aspectos: a) ao estabelecer diferenciação de nível entre funções idênticas no seio da administração pública, ou seja, ao quebrar o princípio da isonomia funcional; b) ao criar possibilidade de nulificação dos procedimentos investigatórios levados a cabo por Delegados Substitutos sem escolaridade mínima secundária, o que favorecerá a impunibilidade.

2 - Ao simples agente da Polícia Civil é exigido, como condição "sine qua non" de prestação do concurso específico, a comprovação da conclusão do 2º grau ou equivalente. Por outro lado, a função administrativa representada pela simbologia 9C corresponde a salário efetivo superior ao do Agente de Polícia Civil. Consequência: quebra do princípio de hierarquia, eis que teríamos pessoas com menor nível de instrução educacional comandando outras com maior nível de escolaridade. Neste sentido, irremediavelmente abalado restaria o princípio da disciplina. Neste caso, a aprovação do presente projeto de lei encontra intransponível óbice no § 1º do art. 47 da Constituição Estadual. A situação se agrava frente à competência constitucional designada à Polícia Civil de exercer as funções de polícia judiciária, ou seja, encarregada das investigações criminais em geral. Como imaginar o exercício desta complexa função, que exige inapelavelmente conhecimento técnico de direito em geral e de direito e processo penal em especial, sem um nível mínimo de escolaridade? Novamente a perspectiva de recrudescimento da impunidade milita contra o presente projeto de lei.

Em conclusão, em que pese a respeitável motivação do nobre colega autor do presente projeto de lei, somos de parecer contrário, pelos motivos expostos.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 24.08.95

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

ÂNGELO VANHONI - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 002/95, por 10 (dez) sessões. Retirado pelo autor.

A pedido do autor Senhor Deputado Ba-

sílio Zanusso, foi retirado o Projeto de Lei nº 002/95, por 2 (duas) sessões.

Fica, portanto adiada a discussão do Projeto de Lei nº 002/95, por 2 (duas) sessões.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 057/95, de autoria do Deputado Péricles de Holleben Mello e outros, que altera a Lei nº 10.981 de 27/12/94, que assegura ao servidor público estadual, eleito dirigente sindical, ainda que na condição de suplente, os direitos inerentes ao cargo, conforme especifica. PARECER CONTRÁRIO DA C.C.J. e FAVORÁVEL DA C.F.. (Publ. no D.A. nº 17, de 20.03.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 057/95

VOTO EM SEPARADO AO PARECER DO RELATOR,  
DEPUTADO CARLOS SIMÕES,  
EXARADO AO PROJETO DE LEI Nº 057/95

P A R E C E R:

O projeto de lei em epígrafe, de autoria dos nobres Senhores Deputados Péricles de Holleben Mello, Ângelo Vanhoni, Emerson Nerone, Florisvaldo Fier e Irineu Colombo, objetiva alterar a Lei nº 10.981, de 27 de dezembro de 1994, assegurando ao servidor público estadual, eleito dirigente sindical, o direito de liberação dos serviços prestados ao Estado, durante o mandato para atuar em cargo de direção sindical, na forma em que especifica.

Procedida análise legal, constitucional e regimental da proposição, conotamos vícios de origem visto que, segundo o disposto nos artigos 66, incisos II e IV, e 87, incisos IV e VI, in verbis.

Art. 66 - Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico proveniente de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87 - Compete privativamente ao Governador:

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei.

Sendo assim, de acordo com o retro exposto, esta Comissão de Constituição e

Justiça, através do presente voto em separado ao parecer do relator, Deputado Carlos Simões, manifesta seu parecer contrário à matéria.

É o parecer, salvo melhor juízo.  
Sala das Comissões, em 05.04.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
VALDIR ROSSONI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 057/95

P A R E C E R:

O presente projeto, de autoria dos Senhores Deputados Péricles de Holleben Melo, Ângelo Vanhoni, Emerson Nerone, Florisvaldo Fier e Irineu Colombo, tem como objetivo alterar a Lei n° 10.981, de 27/12/94, assegurando ao servidor público estadual, eleito dirigente sindical, o direito de liberação dos serviços prestados ao Estado, durante o mandato, para atuar em cargo de direção sindical, na forma em que especifica.

Passando o projeto pela Comissão de Constituição e Justiça para análise sob o aspecto constitucional e legal da matéria, recebeu parecer contrário, através de voto em separado ao parecer do relator.

Esta Comissão no entanto, ao proceder a análise unicamente sob o aspecto financeiro, conforme determina o art. 33, parágrafo 3°, do Regimento Interno desta Casa, não encontrou nada que pudesse impedir a normal tramitação do presente projeto de lei.

Pelo acima exposto, opinamos favoravelmente pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 03.05.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
ALBANOR GOMES - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente, solicitando o adiamento por 2 (duas) sessões, do Projeto de Lei n° 057/95, constante da Ordem do Dia de hoje. **Aprovado.**

Fica, portanto adiada a discussão do Projeto de Lei n° 057/95 por 2 (duas) sessões.

ITEM 07

1. DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 312/95, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, que altera artigos da Lei n° 10.913/94, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Saúde, conforme especifica. **PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. (Publ. no D.A. n° 96 de 16.08.95)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 312/95

P A R E C E R:

O plano de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, altera arti-

gos da Lei n° 10.913/94, que dispõe sobre o Conselho Estadual de Saúde.

A proposição em questão tem por objetivo tornar mais democrática a composição do Conselho Estadual de Saúde, incluindo, na representação dos usuários, representantes de entidades e movimentos de mulheres e de negros do Estado do Paraná. Contudo, essa disposição não fere a composição paritária do Conselho, visto que os membros são indicados na Conferência Estadual de Saúde e obedece ao previsto na legislação, respeitando-se a proporcionalidade de 50% na forma do art. 6° da Lei n° 10.913/94.

A segunda alteração proposta pelo projeto de lei em análise refere-se à concessão de maior prazo para a realização da II Conferência Estadual de Saúde, permitindo ao Governo Estadual, eleito em 94 e empossado em 95, uma melhor preparação do evento.

Diante do exposto e tendo em vista a competência desta Comissão Permanente, emitimos nosso voto favorável à aprovação do Projeto de Lei n° 312/95.

Sala das Comissões, em 29.08.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente  
EMERSON NERONE - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA  
PROJETO DE LEI N° 312/95

P A R E C E R:

Em exame ao Projeto de Lei n° 312/95, de autoria do Deputado Florisvaldo Fier, que altera artigos da Lei n° 10.913/94 (dispõe sobre o Conselho Estadual de Saúde).

Esta Comissão ao ser chamada a exarar parecer, dentro de suas prerrogativas regimentais, e diante das justificativas apresentadas pelo autor, manifesta-se favorável ao encaminhamento do plano de lei em apreço à elevada apreciação do Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.09.95

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente  
SÂMIS DA SILVA - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 2 (duas) sessões do Projeto de Lei n° 312/95. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei n° 312/95 por 2 (duas) sessões.

Sobre a mesa requerimento n° 2599, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.**

Requerimento n° 2600, de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constante do



expediente. **Aprovado.** A Matéria acha-se publicada no final desta Ata.

Requerimento n° 2606, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2607, de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Sr. Presidente.

Já fizemos contato com o Superintendente do Porto de Paranaguá, ele aceita vir à Assembléia, desde que seja marcado o dia e a hora, quando estará aqui à disposição para explicar a questão levantada pelo Deputado Ângelo Vanhoni, e desta forma estamos aprovando esse pedido de convocação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa informa, se for aprovado o requerimento pelo Plenário, o Superintendente do Porto de Paranaguá deverá vir acompanhado do Secretário de Transportes.

Em votação. **Aprovado.**

Requerimento n° 2611, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 2608, 2609 e 2610, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constantes do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 2612, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2613, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 2614, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 2615, de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimentos n°s 2616, 2617 e 2618, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 2619, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, às 10:00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

- 3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 018/95.
- 2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 066/94.
- 1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 268, 298, 313 e 331/95.

Levanta-se a sessão.

#### Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO JOEL COIMBRA, EM SESSÃO DO DIA 13 DE SETEMBRO DE 1995.

"A Difícil Arte De Cobrar"  
Jornal Indústria & Comércio

**A inadimplência que assola o País, dá azo ao surgimento e proliferação das conhecidas empresas "especializadas" em cobranças, estas, verdadeiras sangue-sugas de consumidores inadimplentes.**

**Cobrar, por certo, é a parte mais melindrosa de uma relação comercial, especialmente nos dias atuais.**

A cobrança, além de ser um direito do fornecedor, é antes de tudo uma arte, e como tal, deve ser praticada com zelo, e dentro de restritos preceitos de profissionalismo, ética e muita urbanidade, pois, menor que seja o desvio na sua condução, poderá resultar para o cobrador, muitos mais prejuízos do que vantagens.

Nosso intuito com esta matéria, é alertar os dois pólos da relação de cobrança. De um lado, aqueles que a efetuam e de outro, aqueles que a ela estão sujeitos.

O assunto em análise é tão importante, que no Código de Proteção e Defesa do Consumidor, obteve um tratamento especial, a ponto de constar em seu texto: "na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça".

Ao reportarmos-nos às empresas "especializadas" em cobrança, veremos tecer um breve comentário acerca das formas aviltantes que estas desenvolvem para alcançar seus objetivos.

Algumas, através de correspondências tentam persuadir o devedor inadimplente a saldar seu débito o quanto antes possível, deixando nas entrelinhas uma velada mensagem coativa.

Muitas vezes, chegam ao excesso de procurar pelo devedor em seu trabalho, causando-lhe enorme constrangimento. Chegam ao cúmulo de comunicar superiores hierárquicos do devedor, com o intuito de persuadi-los a "colaborar" com o empregado, tomando alguma atitude em relação a esse. Com o desemprego pairando sobre sua cabeça, o empregado/devedor acaba por comprometer seu patrimônio para saldar o débito, então alcança cifras astronômicas.

Como se vê, o constrangimento causado é imenso e a intensidade da pressão chega a ser insuportável. Notadamente, essa estratégia de cobrança é adotada contra as pessoas que pouco sabem e quase nada têm.

Empresários inescrupulosos, servidos por empregados desprepara-

Curitiba, quarta, em 13.09.95  
dos, travestidos de pequenas autoridades, coagem, maltratam, vilipêndiam os menos esclarecidos, hipossuficientes por natureza, a cederem às suas pretensões.

O consumidor não deve submeter-se a esses "vampiros da miséria". O código protetivo é instrumento hábil a ampará-lo contra qualquer excesso praticado em seu desfavor.

Não estando o consumidor em condições de saldar seus débitos, não poderá ser incomodado em seu ambiente de trabalho, no seu descanso ou lazer, pois assim precei-

tuam os artigos 42 e 71 do Código do Consumidor.

Deve o credor valer-se dos meios hábeis para efetuar a cobrança, ou seja, o Poder Judiciário, que atualmente conta até mesmo com Juízos de Pequenas Causas, aptos a solucionar a grande maioria dos casos desta natureza.

A exposição do consumidor ao ridículo, ou a interferência em seu trabalho, descanso ou lazer, constitui crime, sujeitando o infrator a pena que poderá ir de três meses a um ano de detenção e ainda a pesadas multas.

Sem contar o aspecto criminal, o cobrador que se exacerbar no direito de cobrar, poderá ter que arcar com pesadas indenizações pelos danos morais causados, no caso de o consumidor pleitear junto ao Poder Judiciário o direito de recebê-la.

Como se denota, não há mais no mercado, espaço para maus profissionais. A truculência deve ser abandonada, sob pena de ao invés do, lucro fácil, enormes prejuízos.

Nossa atenção, como também a do Código de Defesa do Consumidor, não é incentivar a inadimplência, ou induzir que quer que seja ao calote, mas sim, alertar aqueles que escolheram como atividade profissional, a árdua tarefa de cobrar, para os percalços que poderão encontrar. O mercado não está mais para amadores.

Gilberto Gaeski é advogado e especialista da Consultoria de Curitiba do Grupo IOB.

## Atos da Diretoria Geral:

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições.

R E S O L V E :

## PORTARIA N° 127/95

colocar a disposição do Governo do Estado do Paraná THIRSA RITTA ROSSI TIRAPELLE, funcionária deste Poder, sob Regime Jurídico Único, afim de prestar serviços junto a Defensoria Pública do Paraná, órgão vinculado a Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, até 31.12.95, com ônus para o órgão de origem.

(Prot. n° 7940).

Gabinete da Diretoria Geral, em 15.08.95

## PORTARIA N° 128/95

conceder, a ISABEL SERVAT DA COSTA, funcionária deste Poder Legislativo, licença para tratamento de saúde, pelo prazo de cento e vinte (120) dias, a partir de 09.08.95 a 06.12.95.

(Prot. n° 8264).

Gabinete da Diretoria Geral, em 23.08.95

## PORTARIA N° 132/95

mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de JOÃO MARIA CAMARGO, funcionário desta Assembléia, sob Regime Jurídico Único,, admitido em 01 de abril de 1989, exercendo o cargo de Agente Administrativo "A", N-61, nos termos do art. 35 e parágrafo 2° da Constituição Estadual, o tempo total de três (03) anos, dois (02) meses e vinte e três dias de serviços prestados com o cargo em comissão Símbolo 6-C, no período de 04 de março de 1983 a 19 de março de 1984, Símbolo 3-C, no período de 19 de março de 1984 a 27 de maio de 1986, no Gabinete do Deputado Odeni Mongruel.

(Prot. n° 7483).

## PORTARIA N° 133/95

colocar a disposição, da Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho, ROBERTO RODRIGUES ORTIZ, matrícula n° 1311, do Quadro dessa Casa, regido pela (CLT), com ônus para o órgão de origem.

(Prot. n° 8701).

Gabinete da Diretoria Geral, em 04.09.95

(a) ABIB MIGUEL  
Diretor Geral

## Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de

suas atribuições,

R E S O L V E :

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 334/95

conceder a ANGELINA KIERDEL, matrícula n° 40920, funcionária deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo "A", nível "61", licença especial de três (03) meses, de acordo com o parágrafo único do art. 247 da Lei n° 6.174/70, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o 1° quinquênio compreendido entre 01.04.90 e 01.04.95 a partir de 1° de novembro de 1995.

(Prot. n° 5929).

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 336/95

I - exonerar, a pedido, DANIEL SUTIL DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1° de julho de 1995;

II - prover, DANIEL SUTIL DE OLIVEIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1° de julho de 1995;

III - exonerar, a pedido, JOSÉ CLÁUDIO DA CUNHA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1° de julho de 1995;

IV - prover, JOSÉ CLÁUDIO DA CUNHA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1° de julho de 1995;

V - exonerar, a pedido, ELAINE BORELLA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1° de julho de 1995;

VI - prover, ELAINE BORELLA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Carlos Simões, a partir de 1° de julho de 1995.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 337/95

I - prover, PAULO CÉSAR SIQUEIRA VELOSO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 6-C, do Gabinete da 1ª vice-Presidência deste Poder, a partir de 1° de fevereiro de 1995;

II - autorizar PAULO CÉSAR SIQUEIRA VELOSO, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1° de fevereiro de 1995, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970.

## ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 338/95

I - exonerar, a pedido, ARNALDO DONIZETE GARCIA CONEGLIAN, do cargo em Comis-

são, símbolo 2-G, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de julho de 1995;

II - prover, ARNALDO DONIZETE GARCIA CONEGLIAN, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de julho de 1995;

III - prover, GIOVANA MAEHLER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de julho de 1995;

IV - prover, IRZILIANI CORDOVÁ RIBEIRO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PFL, a partir de 1º de julho de 1995.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 339/95

exonerar, a pedido, ALZIRA LOPES RIBEIRO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Antônio Belinati, a partir de 1º de julho de 1995.

#### ATO DE COMISSÃO EXECUTIVA Nº 340/95

I - exonerar, a pedido, MARIA LUIZA HUBNER, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de julho de 1995;

II - prover, MARIA LUIZA HUBNER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Neivo Beraldin, a partir de 1º de julho de 1995.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 341/95

I - exonerar, a pedido, EMÍLIO MANFREDO RIBAS, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Secretário da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, das Comissões Permanentes deste Poder, a partir de 1º de julho de 1995;

II - prover, VALDELIS FADEL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Secretária da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, das Comissões Permanentes deste Poder, a partir de 1º de julho de 1995;

III - autorizar VALDELIS FADEL, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de julho de 1995, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.07.95.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 342/95

I - exonerar, a pedido, GRAZIELLE HYCZY LISBOA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a partir de 1º de julho de 1995;

II - prover, LUIZ ALBERTO RIBEIRO SCHELL, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Joce-

lito Canto, a partir de 1º de julho de 1995.

III - prover, MILTON CARLOS PAYONKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a partir de 1º de julho de 1995.

(Prot. nº 6842).

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 343/95

I - exonerar, a pedido, MIDORI NAKASHIMA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do Gabinete do Deputado José Tavares, a partir de 1º de julho de 1995;

II - prover, EDNO UEMURA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do Gabinete do Deputado José Tavares, a partir de 1º de julho de 1995;

III - autorizar EDNO UEMURA, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%), sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de julho de 1995, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. nº 6847).

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 04.07.95.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 344/95

I - exonerar, a pedido, LUIZ FERNANDO ESTECHE, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Emerson Nêrone, a partir de 1º de julho de 1995;

II - prover, MAURO ROBERTO DE ANDRADE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, do Gabinete do Deputado Emerson Nêrone, a partir de 1º de julho de 1995;

III - autorizar MAURO ROBERTO DE ANDRADE, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de julho de 1995, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

(Prot. 6863).

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 345/95

I - exonerar, a pedido, MANOEL DE ANDRADE BARROZO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de julho de 1995;

II - prover, HELENA APARECIDA MACEDO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete da Liderança do PSDB, a partir de 1º de julho de 1995.

(Prot. nº 7095).

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 11.07.95.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 346/95

I - exonerar, a pedido, FRANCISCO CARLOS MARAVIESKI, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Marqui-

Curitiba, quarta, em 13.09.95

nhos Alves, a partir de 1º de julho de 1995;

II - prover, ARISTIDES MOSSAMBANI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Marquinhos Alves, a partir de 1º de julho de 1995.

(Prot. n° 7165)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 347/95

I - exonerar, a pedido, ROSIANE DE FÁTIMA JOSWIAK, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1º de julho de 1995;

II - prover, GUMERCINDO RIBEIRO DE SOUZA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1º de julho de 1995.

(Prot. n° 7186)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 12.07.95.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 348/95

I - exonerar, a pedido, IVANNA MUNHOZ MÁXIMO, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Toti Colaço, a partir de 1º de julho de 1995;

II - prover, IVANNA MUNHOZ MÁXIMO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Toti Colaço, a partir de 1º de julho de 1995;

III - exonerar, a pedido, EMILIA GRUSKA ULTECHAK, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Toti Colaço, a partir de 1º de julho de 1995;

IV - prover, CLÁUDIO DE TARSO KOPPE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Toti Colaço, a partir de 1º de julho de 1995;

V - exonerar, a pedido, MARGARET PARAMUSTCHAK GRUSKA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Toti Colaço, a partir de 1º de julho de 1995;

VI - prover, MARGARET PARAMUSTCHAK GRUSKA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Toti Colaço, a partir de 1º de julho de 1995;

VII - exonerar, a pedido, NELSON JOSÉ DE SOUZA, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Toti Colaço, a partir de 1º de julho de 1995;

VIII - prover, NELSON JOSÉ DE SOUZA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Toti Colaço, a partir de 1º de julho de 1995;

IX - prover, MARCELO MARTINS DO PRADO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Toti Colaço, a partir de 1º de julho de 1995.

(Prot. n° 7192)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 349/95

I - exonerar, a pedido, CLEUSA MARIA DENZ DOS SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Florisvaldo Fier, a partir de 1º de julho de 1995;

II - prover, REINALDO APARECIDO DE LIMA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Florisvaldo Fier, a partir de 1º de julho de 1995.

(Prot. n° 7200)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 13.07.95.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 350/95

I - exonerar, a pedido, MÁRCIA DULCIO DE MACEDO, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a partir de 1º de julho de 1995;

II - prover, MÁRCIA DULCIO DE MACEDO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a partir de 1º de julho de 1995;

III - prover, LUIDI CÉSAR CORREIA DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a partir de 1º de julho de 1995;

IV - prover, GRAZIELLE HYZY LISBOA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Jocelito Canto, a partir de 1º de julho de 1995.

(Prot. n° 7227)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 14.07.95.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 351/95

I - exonerar, a pedido, LEUCINDA TRINDADE DE OLIVEIRA, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Cezar Silvestri, a partir de 1º de agosto de 1995;

II - prover, DANIELE DE PAULA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Cezar Silvestri, a partir de 1º de agosto de 1995.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 352/95

I - exonerar, a pedido, ALLAN OTHON HERBERT, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, da 4ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de agosto de 1995;

II - prover, MARLENE ROCHA D'ALÉCIO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, da 4ª Secretaria deste Poder, a partir de 1º de agosto de 1995;

III - autorizar MARLENE ROCHA D'ALÉCIO, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de agosto de 1995, de acordo com o Art. 177, da Lei n° 6.174, de 16 de novembro de 1970;

IV - exonerar, a pedido, JOAO MARIA

DOS SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado João Techy Filho, a partir de 1º de agosto de 1995;

V - prover, MÁRCIO JULIK YOKOYAMA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado João Techy Filho, a partir de 1º de agosto de 1995.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 353/95

I - exonerar, a pedido, MANOEL PINTO DE MENDONÇA, do cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do Gabinete do Deputado Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo, a partir de 1º de agosto de 1995;

II - prover, DEMÓSTENES ALBERNAZ, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, do Gabinete do Deputado Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo, a partir de 1º de agosto de 1995;

III - autorizar DEMÓSTENES ALBERNAZ, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de agosto de 1995, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 354/95

I - exonerar, a pedido, IRENO VICENTE, do cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Finanças, da Diretoria Financeira, a partir de 1º de agosto de 1995;

II - prover, ADAIR DAROS VICENTE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria de Finanças, da Diretoria Financeira, a partir de 1º de agosto de 1995;

III - autorizar ADAIR DAROS VICENTE, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seus vencimento básico, a partir de 1º de agosto de 1995, de acordo com o art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 355/95

I - prover, RAFAEL DE LALA SOBRINHO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-2, de Diretor da Diretoria de Serviços Especiais, a partir de 1º de agosto de 1995;

II - prover, ROGÉRIO AUGUSTO CAMARGO SCHEIBE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-4, de Coordenador da Coordenadoria do Serviço Médico e Odontológico, da Diretoria de Pessoal;

III - Prover, HILÁRIO PREGONEZE, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Coordenador Adjunto da Coordenadoria do Serviço Médico e Odontológico, da Diretoria de Pessoal, a partir de 1º de

agosto de 1995;

IV - autorizar os funcionários acima relacionados, a prestarem serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seus vencimentos básicos, a partir de 1º de agosto de 1995, de acordo com o Art. 177, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.08.95

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 356/95

I - exonerar, a pedido, NILSA PORT, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Élio Lino Rusch, a partir de 1º de agosto de 1995;

II - prover, NILSA PORT, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Élio Lino Rusch, a partir de 1º de agosto de 1995;

III - exonerar, a pedido, MARLA CRISTIANE VITECK, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Élio Lino Rusch, a partir de 1º de agosto de 1995;

IV - prover, MARLA CRISTIANE VITECK, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Élio Lino Rusch, a partir de 1º de agosto de 1995.

(Prot. nº 7573)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 02.08.95

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 357/95

I - exonerar, a pedido, JOSÉ CAMARGO GUALBERTO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Maria Ferreira, a partir de 1º de agosto de 1995;

II - prover, ELIANA EIK BORGES FERREIRA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado José Maria Ferreira, a partir de 1º de agosto de 1995.

(Prot. nº 7579)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 03.08.95

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 358/95

conceder aposentadoria, a pedido, a Emílio Reinoldo Greber, matrícula nº 499, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A" - NT-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, nos termos do art. 35, inciso III, letra "c" da Constituição Estadual e art. 140, inciso III da Lei nº 6.174/70, com proventos mensais e proporcionais ao seu cargo efetivo, acrescidos de gratificação inerente à simbologia 4-F; cinco (05) triênios de acordo com o art. 4º e parágrafo 1º da Resolução nº 02/64 e Proposição nº 66/83; cinco (05) quinquênios de acordo com a Lei nº 6174/70, art. 170 e parágrafo único, calculados em conformidade com a Resolução nº



Curitiba, quarta, em 13.09.95

7894/93 do Tribunal de Contas do Estado; dois (02) adicionais de acordo com o art. 171 e parágrafo 1º da Lei 6.174/70 e art. 37, inciso XIV, da Constituição Federal; e, cem por cento (100%) de gratificação pela prestação de serviços em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o art. 1º da Lei nº 6794/76, com nova redação dada pelo art. 6º da Lei Complementar nº 21/84 e conforme o que dispõe o Decreto Legislativo nº 229/85, resultando em proventos de inatividade conforme informação de fls. 11, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas, da Diretoria de Pessoal da Casa.

(Prot. nº 6100)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 04.08.95.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 359/95

I - exonerar, a pedido, SEBASTIAO DE TOLEDO BARROS NETO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G do Gabinete do Deputado Miltinho Puppio, a partir de 1º de agosto de 1995;

II - exonerar, a pedido, EDMARA SPERANDIO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Miltinho Puppio, a partir de 1º de agosto de 1995;

III - exonerar, a pedido, JURANDIR LUIS PEREIRA BARBOSA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Miltinho Puppio, a partir de 1º de agosto de 1995;

IV - exonerar, a pedido, MARTA MARIA MOLETA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Miltinho Puppio, a partir de 1º de agosto de 1995;

V - prover, MARTA MARIA MOLETA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Miltinho Puppio, a partir de 1º de agosto de 1995;

VI - exonerar, a pedido, LAERTE RODRIGUS DOS SANTOS, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Miltinho Puppio, a partir de 1º de agosto de 1995;

VII - prover, LAERTE RODRIGUES DOS SANTOS, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Miltinho Puppio, a partir de 1º de agosto de 1995;

VIII - exonerar, a pedido, CRISTIANE BEATRINS VALACHINSKI, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Miltinho Puppio, a partir de 1º de agosto de 1995;

IX - prover, CRISTIANE BEATRINS VALACHINSKI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Miltinho Puppio, a partir de 1º de agosto de 1995.

(Prot. nº 7684)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 07.08.95

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 360/95

exonerar a pedido, a partir de 01 de agosto de 1995, ROSE MARY DE CARVALHO ZERBETTO, funcionária desta Casa sob Regime Jurídico Único.

(Prot. nº 7747)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 08.08.95

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 361/95

I - exonerar, a pedido, GUMERCINDO RIBEIRO DE SOUZA, do cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1º de agosto de 1995;

II - prover, GUMERCINDO RIBEIRO DE SOUZA, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1º de agosto de 1995;

III - prover, SOLANGE FREITAS DE MELO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Renato Adur, a partir de 1º de agosto de 1995.

(Prot. nº 8045)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 362/95

I - exonerar, a pedido, MARCOS ANTONIO CORDIOLLI, do cargo em Comissão, símbolo DAS-5, de Assessor da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, das Comissões Permanentes deste Poder, a partir de 1º de agosto de 1995;

II - prover, DANIELI GUGELMIN SOTTO MAIOR, para exercer o cargo em Comissão, símbolo DAS-5, da Assessoria da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, das Comissões Permanentes deste Poder, a partir de 1º de agosto de 1995;

III - autorizar DANIELI GUGELMIN SOTTO MAIOR, a prestar serviço em Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva, na base de cem por cento (100%) sobre seu vencimento básico, a partir de 1º de agosto de 1995, de acordo com o Art. 117, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970;

IV - exonerar a pedido, CLARO WALTER DE SOUZA SANCHES, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Péricles de Holleben Mello, a partir de 1º de agosto de 1995;

V - prover, MARCOS ANTONIO CORDIOLLI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Péricles de Holleben Mello, a partir de 1º de agosto de 1995;

V - prover, MARCOS ANTONIO FORTINELLI, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Péricles de Holleben Mello, a partir de 1º de agosto de 1995.

(Prots. nºs 8065 e 8066)

Palácio "XIX de DEZEMBRO" em 14.08.95.

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 363/95

I - exonerar, a pedido, ANTONIO CRIS-

TINO, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, a partir de 1º de agosto de 1995;

II - exonerar, a pedido, NELSON DA SILVA GUIDIO FILHO, do cargo em Comissão, símbolo 2-G, do Gabinete do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, a partir de 1º de agosto de 1995;

III - prover, ISAÍAS DECKER, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 3-G, do Gabinete do Deputado Luiz Cláudio Romanelli, a partir de 1º de agosto de 1995.

(Prot. n° 8086)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 364/95

I - exonerar, a pedido, JÚLIO CEZAR DEBONA, do cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Duílio Genaro, a partir de 1º de agosto de 1995;

II - prover, ALESSANDRA CRISTINA MINOZZO, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 1-G, do Gabinete do Deputado Duílio Genari, a partir de 1º de agosto de 1995.

(Prot. n° 8149)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 365/95

Art. 1º - Conceder aos servidores do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, reajustes em seus vencimentos conforme o disposto abaixo, a partir de 1º de agosto de 1995;

I - para os cargos de Efetivos, Inativos, Regime Jurídico Único, C.L.T., bem como as pensões pagas por este Poder, a qualquer título treze por cento (13%);

II - para os cargos em Comissão símbolos DAS, C e G dez por cento (10%).

Art. 2º - Os valores das Gratificações de Representação de Gabinete, ficam reajustados em dez por cento (10%).

Art. 3º - O valor do Salário-Família, por dependente legal, fica fixado em R\$1,25 (um real e vinte e cinco centavos).

Art. 4º - O valor da Gratificação de Produtividade fica fixado em R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

Art. 5º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros previstos no Art. 1º deste Ato, revogadas às disposições em contrário.

(Prot. n° 064)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 366/95

determinar, à Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto do Imposto de Renda retido na fonte, dos proventos de inatividade de FRANCISCO JOSÉ DA CUNHA GEBRAN, fun-

cionário inativo do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, nos termos dos incisos XVII e XI do art. 2º da Instrução Normativa n° 02 de 07 de janeiro de 1993, da Receita Federal; e art. 6º, inciso XIV, da Lei n° 7713, de 22 de dezembro de 1988.

(Prot. n° 5176)

Palácio "XIX de DEZEMBRO" de 15.08.95.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 367/95

conceder a EVA CONSTANTIUKE, matrícula n° 40694, funcionária deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Administrativo nível "61", licença especial de três (03) meses, de acordo com o parágrafo único do art. 247, da Lei n° 6174/70, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o 1º quinquênio, compreendido entre 02.06.86 e 02.06.91, a partir de 01.08.95.

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 368/95

conceder a Sandra de Souza Almeida, matrícula n° 40.646, funcionária desta Assembleia sob Regime Jurídico Único, admitida em 05 de julho de 1985, exercendo o cargo de Agente Administrativo, N-61, nos termos do art. 247 e seu parágrafo único, da Lei n° 6174/70, licença especial de seis (06) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o 1º quinquênio, compreendido entre 05 de julho de 1985 e 05 de julho de 1990; e durante o 2º quinquênio, compreendido entre 05 de julho de 1990 e 05 de janeiro de 1995, antecipado em razão da incorporação do 1º quinquênio.

(Prot. n° 6867).

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 369/95

conceder a Nilza Pereira da Silva, matrícula n° 40906, funcionária desta Assembleia Legislativa sob Regime Jurídico Único, admitida em 01 de novembro de 1989, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, nos termos do art. 247 e seu parágrafo único, da Lei n° 6.174/70, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o 1º quinquênio, compreendido entre 01 de novembro de 1989 e 01 de novembro de 1994.

(Prot. n° 7696)

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 370/95

conceder, a Luci de Fátima Silva, matrícula n° 40.472, funcionária desta Assembleia Legislativa, sob Regime Jurídico Único, admitida em 01 de maio de 1988, lo-

Curitiba, quarta, em 13.09.95

tada na Coordenadoria de Serviço Médico e Odontológico, nos termos do art. 247, e seu parágrafo único da Lei nº 6.174/70, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver de afastado do exercício de suas funções, durante o 1º quinquênio, compreendido entre 01 de maio de 1988 e 01 de maio de 1993.

(Prot. nº 7932)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 23.08.95.

Pág. 23

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 371/95

exonerar, a pedido, Marcos Roberto Guazzi Belinati, matrícula nº 40.379, funcionário deste Poder Legislativo, ocupante do cargo de Agente Administrativo, a partir de 29 de agosto de 1995.

(Prot. nº 8676)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 10.08.95.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente  
LUIZ CARLOS MARTINS - 1º Secretário  
NELSON GARCIA - 2º Secretário